

DIACRONIA DO CEARÁ: DO NASCIMENTO À FORMAÇÃO DO CIDADÃO CEARENSE NO VIÉS DE RAIMUNDO GIRÃO

Marcel Pereira Pordeus¹

RESUMO

Este estudo se trata de um ensaio acerca da Pequena História do Ceará, do escritor cearense Raimundo Girão, em suas assertivas inerentes a construção da sociedade cearense, no entorno dos acontecimentos históricos e políticos que formaram a conjuntura social. Com efeito, a começar esse texto, sinto obrigação em discorrer acerca de Raimundo Girão, que foi um historiador, advogado, político e escritor. Para uma pessoa ímpar e multifacetada, a ordem de suas vocações não altera sua significância para a história do Ceará, considerado um dos vinte maiores cearenses de todos os tempos, deste fato, explicar sua trajetória nos incita à escrita de textos acadêmicos com primor de adjetivos e detalhes. Ou seja, discorrer sobre Raimundo Girão e alguma de suas obras, requer uma riqueza de minúcias que irei me atrever em aventurar. Nesse sentido, este estudo permeia o fato sociopolítico e histórico desta obra de Raimundo Girão: *Pequena História do Ceará*, uma releitura da obra clássica do autor.

Palavras-chave: Diacronia do Ceará. Formação do cidadão. Raimundo Girão. Cearense.

ABSTRACT

This study is an essay about the Little History of Ceará, by the Ceará writer Raimundo Girão, in his assertions inherent to the construction of Ceará society, around the historical and political events that formed the social situation. Indeed, starting this text, I feel an obligation to talk about Raimundo Girão, who was a historian, lawyer, politician and writer. For a unique and multifaceted person, the order of their vocations does not change its significance for the history of Ceará, considered one of the twenty greatest Cearenses of all times, therefore, explaining his trajectory encourages us to write academic texts with the perfection of adjectives and details. In other words, talking about Raimundo Girão and some of his works requires a wealth of details that I will dare to venture. In this sense, this study permeates the sociopolitical and historical fact of this work by Raimundo Girão: *Pequena História do Ceará*, a reinterpretation of the author's classic work.

Keywords: Diachrony of Ceará. Citizen formation. Raimundo Girão. Ceará.

¹ Mestre em Planejamento e Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Graduado em Letras: Português / Literaturas pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Graduando em Comunicação Social - Relações Públicas pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) - (RS). Graduando em Gestão Pública pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Pesquisador Associado do Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura - CLAEC, com o estudo das Teorias e Métodos das Ciências Humanas e Sociais. Bolsista de Iniciação Científica do CLAEC/Fundação Araucária, com desenvolvimento do estudo: (Re)Configurações socioculturais em tempos de pandemia: práxis reflexiva sobre o Estado do Paraná/PR. Atualmente trabalha como Revisor de Textos e Assessoria em reconhecimento de títulos de pós-graduação obtidos no estrangeiro. E-mail: marcel.pordeus@aluno.uece.br

1 INTRODUÇÃO

A relevância da história do Ceará nunca esteve tão bem documentada como nesta obra. Deste fato, Raimundo Girão inicia seu livro relatando que oficialmente o Brasil foi descoberto no ano 1500 por Cristóvão Colombo, no entanto, podemos relativizar o evento ocorrido com a chegada do português às terras brasileiras, pois há muitos historiadores que não concordam que Cristóvão Colombo foi o primeiro homem estrangeiro a chegar à costa das terras indígenas. De acordo com Marco Antonino Villar, professor da Universidade Federal de São Carlos, os motivos para a escolha da data do “descobrimento” do Brasil foi manipulada para beneficiar o Reino de Portugal.

Quando percebemos um sistema de fraude logo no início da história do Brasil, automaticamente podemos inferir ao fato de que o Tratado de Tordesilhas já se fazia presente no âmbito do acordo entre Portugal e Espanha, ou seja, uma terra dividida entre um poderio colonizador e de exploração. Nesse sentido, podemos refletir acerca de nossa herança em um contexto em que os índios foram os espoliados, escravizados e aculturados para se adaptar a hábitos e costumes europeus, ignorados e destratados em sua religião e modo de viver. Desse contexto, se formos analisar os acontecimentos passados, nossos índios hodiernamente ainda vivenciam tal conjuntura de desvalorização de sua raiz e representatividade, haja vista a demarcação de suas terras sofrerem arresto e exploração com chancela de uma bancada ruralista no Congresso brasileiro. Com efeito, discorrer e problematizar a raiz do introito dessa história, nos faz seres mais conscientes e partícipes de mudanças para um futuro mais promissor.

Em continuidade, no livro o autor explana que as viagens marítimas, a exemplo das demais potenciais navegantes, perceberam o prestígio em ousar se arriscar nas vantajosas descobertas. Os historiadores acreditavam que batizar a data da “descoberta do Brasil” foi uma forma mercantilista de demarcar território e manter o Brasil nas mãos de Portugal. Nesse contexto, com o incentivo de descoberta ao Novo Mundo, que Vicente Yañes Pizon – colega de viagem de Colombo – se aventurou no mar das américas e por fim chegou a conhecer as terras cearenses. Para asseverar tal afirmativa, Girão (1962, p. 28) relata que: “A data exata que Vicente Pizon desembarcou na costa cearense, no lugar que vimos determinar – esclareceu Pompeu Sobrinho – não pode ser determinada com uma

precisão fixa”.

Com efeito, o livro explana sobre as especulativas datas que giram em torno de 1º de fevereiro (Exposé Historiqué, Berna, 1900), a 26 de janeiro. Dessa forma, essas datas fazem referência ao ano de 1499, no entanto a descoberta não foi reconhecida, haja vista a justificativa era que o mediano foi estabelecido pelo Papa no ano de 1494, que posteriormente definiu a divisão de terras no Tratado de Tordesilhas. “Tais descobertas embora de prioridade indiscutível, sobre o de Cabral, não puderam ser oficializadas por causa do Tratado de Tordesilhas, ficando sem efeito as concessões que fizeram aos espanhóis” (GIRÃO, 1962, p. 28).

2 RESIDUALIDADE HISTÓRICA DO CEARÁ

A distribuição da terra para pessoas de confiança era uma forma da coroa proteger o Brasil da dominação de outras nações e não perder seu privilégio com relação a exploração, hoje sabemos que esse sistema de delimitação de terras foi totalmente ineficaz, pois as terras eram gigantescas e não era possível haver controle, além disso havia ainda muita resistência dos indivíduos mais nobres a enfrentarem as dificuldades associadas a sobrevivência em um lugar relativamente desconhecido.

Como se sabe D. João III de Portugal, obrigado a dar soluções de povoamento do Brasil, adotara o sistema meio feudal de donatarias, já experimentou com êxito as ilhas açorianas, [...] divida as terras em lotes ou tratos separados uns dos outros com linhas paralelas ao Equador e doados a pessoas de sua nobreza, que administrariam (GIRÃO, 1962, p. 32).

As terras brasileiras sempre foram alvo de inúmeras disputas mercantilistas, e quem conseguia se posicionar melhor perante a simpatia dos índios, era merecedor de confiança para explorar os recursos naturais e de mão de obra indígena. Para os exploradores, se estabelecia uma relação capitalista e de má fé; já para os índios era um vislumbre ligado à inocência da paixão pelo novo e possibilidade de conhecer outro mundo pela visão europeia.

Outros viajantes nelas habitaram, possíveis piratas negociando clandestinamente com os ameríngos, notadamente corsários franceses, que nunca perdiam as esperanças de conquistar as terras do pau-brasil [...] Aprenderam, aceitaram, alguns até adotaram os costumes, captaram a simpatia dos indígenas, isto é, dos produtores e pouco a pouco foram preponderando (GIRÃO, 1962, p. 33).

Pero Coelho de Souza, pioneiro das expedições percebia com grande

nitidez que havia um comércio entre os índios e os estrangeiros, especialmente os franceses que estavam morando na Serra de Ibiapaba, tal comércio era marcado pela troca de objetos. Tal prática é denominada de escambo. Martim Soares Moreno escreveu que era comum que os navios partissem cheios de especiarias nativas, como a pimenta malagueta, aves, algodões e pau de tinta (o âmbar).

“De pequena população e sem bastante recursos financeiros, Portugal deixou que, descoberto o Brasil decorrentes, sem começar a colonização necessária” (GIRÃO, 1962, p. 35). Por conta do medo de perder as terras, Portugal ao ser avisado sobre o perigo eminente, tratou de povoar o território com donatários portugueses, contudo, D. João III se sentia ameaçado pela população francesa que se instalou. De acordo com João Ribeiro, por quase meio século (1555-1614) o domínio das terras ora era dos portugueses, ora pertencia aos franceses. Relevante enaltecer que nesse mesmo período “[...] corria a seca de 1605-1606, a primeira que a história cearense registrou” (p. 38).

Martin Soares Moreno tomou posse das terras cearenses em 1611, com um padre e seis soldados, ele mesmo no livro *Relação do Siará*, escrito em 1618, que se empenhava em aprender a língua e a cultura dos índios, revelou que estabeleceu certa intimidade e amizade, por outro lado foi diversas vezes saqueado por piratas.

Fora preciso antes de tudo levantar um Fortim, de proteção, o que realizou no local antigo Pedro Vaz de Caminha na Barra do Ceará com auxílios sempre solícito de cacique Jacaúna. O início dessa defesa deu-se em 20 de janeiro de 1612 [...] O Fortim de São Sebastião, no Siará na ausência de Martim Soares teve que suportar as investidas de piratas, principalmente em 1614 [...] Moreno doente de uma fistula que se tornara crônica, pediu que fosse substituído do posto de capitão de Cumã (GIRÃO, 1962, p. 46-47).

Com a prerrogativa de que iria se curar, Martim Soares Moreno que estava em batalha no Maranhão, decidiu voltar ao Ceará, no entanto, os mares traiçoeiros os deixaram expostos à tempestade, que acabou preso em uma ilha e por conta disso quase toda a tripulação morreu, aos que sobreviveram foram açoitados, deixando Moreno muito ferido e mutilado em uma das mãos, apesar disso ele foi levado à França, contanto, apesar do conflito ele foi devolvido ao Ceará, onde viveu como Capitão-mor até sua morte. “Durante 45 anos serviu Martin Soares ao Brasil, que lhe deve ser, por isso, muito agradecido. Quanto ao Ceará o seu

nome não sairá dos corações, considerado que é o seu fundador. Patriarca da civilização Ceará” (p. 49).

O litoral do Ceará grande era encarado como inóspito, no entanto, havia produtos de interesse comercial que chamava atenção de contrabandistas, o âmbar, o algodão, as peles de animais silvestres que eram alvos de constantes saques, desse modo, havia a visita de franceses, ingleses e holandeses, eles não reconheciam a dominância de Portugal. “Haviam chegados dois índios ao Recife dois índios ao Recife do Ceará, emissários de sua tribo, com o fim de pedirem ao Governador holandês para a tomada do *Castelo Ceará* (o forte) e consequentemente a expulsão dos portugueses” (GIRÃO, 1962, p. 51).

Em 1636, Gedon More Jonge relatou que as terras cearenses eram férteis, na qual tinha grande potencial para a produção de cana-de-açúcar, algodão, tintas gengibres, além de ter poucos portugueses protegendo o local, por causa desse e de outros relatos, os holandeses decidiram tomar o *Castelo do Ceará* (o forte), no entanto, apesar de vencerem os holandeses, não reconheceram que a terra poderia ser fértil, como a carta enviada pelo Tenente Ham ao conde Mauricio de Nassau: “Manifestou suas decepções, escrevendo que a terra era arenosa e ruim de montanha, imprópria para o plantio de cana-de-açúcar e levantamento de engenhos, não existindo também salinas” (p. 52).

Mediante este fato, percebemos que a visão colonizadora delimitava o que poderia ou não ser um agente de investimento ou de desperdício de tempo. Para quem dependia desses fatores como fonte de renda, era necessário uma visão mais técnica e otimista, Para tanto, “[...] na necessidade de renda e desejando reparar suas finanças, ao mesmo tempo que visava a ressegurar o domínio holandês no Ceará, mandou a este a Companhia uma segunda expedição as ordens de Matias Back” (GIRÃO, 1962, p. 54).

Depois disso, Matias conseguiu se apossar das terras e até mesmo fazer escavação. Induzido pelos índios e para certificar de que havia metais preciosos, ele montava expedições e se sentia frustrado em não ter sucesso. “A expedição teria esse duplo fim: ocupação definitiva do Ceará e a exploração de suas minas” (GIRÃO, 1962, p. 57).

Girão discorre sobre a vegetação (Caatinga), assim como o clima quente, seco e de ventos fortes característicos do Ceará, por conta disso ressalta que a seca faz parte da dinâmica do local, logo a seca e a pouca incidência de água

proporcionam uma longa estiagem que afeta o gado e a plantação, assim como também a população como um todo, na qual depende desse subsídio para viver.

Em resumo, a ausência total ou parcial e não raro a má distribuição, nas diversas zonas e no devido tempo, nas quedas pluviométrica, dando como consequência a escassez de água, a carência de alimentação dos animais e do homem [...] Não é difícil compreender os danos que advém para a vida humana e para a economia (GIRÃO, 1962, p. 64).

De acordo com supracitado contexto, nas asserções do autor, o Ceará convivia com um clima de seca, o que consequentemente afetou em demasia a população cearense, um povo que em todas as suas intempéries, aprendeu a sorrir e rir com resiliência das próprias provações existenciais, de um povo guerreiro e com uma origem etimológica histórica e poética. Citada situação encontra morada hodiernamente em muitas cidades do interior do Ceará e de muitas outras do Nordeste do Brasil, haja vista a seca ainda ser um agravante existente na realidade de muitos nordestinos.

A falta de água, comida e uma política pública eficaz que priorize essas necessidades básicas, é o que está faltando e/ou que nunca existiu de fato, posto as mazelas serem sempre as mesmas, somente mascaradas por medidas paliativas que apenas amenizam territórios isolados no intento de publicizar campanha em prol das benéficas de algum grupo de políticos demagogos e oportunistas. Ou seja, se formos analisar tal conjuntura, percebemos o quanto ainda há deficiências em muitos contextos relacionados a essa problemática.

Ao que concerne à origem do Ceará, Consoante Girão (1962, p. 65): “Aires do casal, na *Corografia Brasillca* anota que CIARÁ no idioma dos indígenas quer dizer canto da jandaia papagaio pequeno e grasnador: de SEMO, cantar forte, clamar”. Há diversas teorias que especulam de onde se originou o nome Ceará, segundo o historiador João Brígido, Ceará antigamente se escrevia Siará. A grafia atual vem da corruptela da palavra tupi Siri-Ará, que vem de Siri (= andar para trás) + Ará (= branco).

Muitas referências citadas no livro asseveram que além de Antônio Vieira, como Joaquim Catunda e Pedro Thérbege, concordam que os índios do Ceará eram de fato fortes e violentos, vale salientar que praticavam antropofagia, que é o ato de comerem partes do corpo humano de outros indivíduos mortos ou não, os motivos eram diversos e mudavam conforme a tribo. Os rituais eram bem específicos e com o intuito de adquirir forças e energias ancestrais ou dos adversários. Atualmente é

sabido que de acordo com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), somente no Ceará, há cerca de 14 etnias, dentre elas: Tapeba, Tremembé, Pitaguary, Jenipapo - Kanindé, Kanindé, Potiguara, Tabajara, Kalabaça, Kariri, Anacê, Gavião, Tubiba Tapuia, Tapuba Kariri.

Os Tabajaras, Tobajaras ou Tobiaras, igualmente do grupo túbico, viviam em Grandes áreas da Serra da Ibiapaba [...] Segundo padre Antônio de Vieira eles eram de índole rebelde até antropófagos, embora na opinião de outros fossem “muito dóceis e trabalhadores” amantes da agrulturação [...] Os Cariris ou Quiriris são os grupos “apurados” de Capristiniano, aceita por João Ribeiro como “Os primeiros habitantes da extensão do litoral (p. 71).

Os indígenas do Nordeste chamados no livro de Cariris, hoje podem ser denominados Kariri. Dentro do aspecto macro, é visível que as 14 tribos tinham seus conflitos, e não é possível admitir que a cultura entre as tribos eram as mesmas, no entanto, cada tribo desenvolvia seus costumes e práticas, ao que podemos visualizar isso no texto abaixo:

Tapúias [...] indiscutivelmente, não era povo típico, visto como falavam a língua travada, igualmente se distanciavam dos cariris pelos caracteres e por outro lado elementos culturais, como, por exemplo, o costume de comer assados os parentes mortos para que tivessem estes sepulturas condignas, guardados dentro de seu próprio organismo (p. 72).

Percebemos que a multiculturalidade indígena é de uma riqueza ímpar, nesse sentido, preservar essa herança no contexto atual de perseguição aos índios e suas terras, é uma obrigação cidadã do brasileiro, que naturalmente é miscigenado e possui em sua história uma dívida com a ancestralidade telúrica. Os hábitos indígenas estão ligados não somente a seus costumes e hábitos, mas a seu artesanato, seus objetos. Estes ainda tiveram de se adaptar à dinâmica do metal na pesca e plantio, pois não lhes eram natural, como retrata o autor, o costume de utilizar o metal não era nem de longe a cultura dos índios nordestinos.

Pode-se afirmar que no momento do primeiro contato civilizador, viviam a fase neolítica da sua evolução, desconhecendo os metais, mas já ingressos em uma singular e nos trabalhos da agricultura [...] concebiam o direito de propriedade sob o aspecto coletivo e sob o articular ou privado. Em se tratando da terra a área. A área territorial destinada a vida da tribo pertence a todos em sua integralidade (GIRÃO, 1962, p. 73).

Os índios apesar de compartilharem o território, eles tinham certo tipo de respeito aos bens alheios, como alega no texto: “Cada qual era senhor dos seus objetos, armas, utensílios, ornatos, instrumento de trabalho, por ele fabricados,

achados ou por ele achado e os demais aceitavam” (p. 74). Mesmo sem a distribuição de ferramentas adequadas, os índios além de caçar e pescar, também se empenhavam no plantio e na colheita de alimentos. Pois “[...] o regime de agricultura dos índios nordestinos consistia no cultivo de mandioca, milho, além de outros de menor escala como abóboras, do Ceará, batata-doce, amendoim, feijão, fumo etc.” (p. 75).

O autor relata que nas terras cearenses era comum os homens brancos se utilizarem da mão de obra indígena, absorvendo até mesmo seus costumes, e tal como é hoje, os índios se utilizavam de redes para dormir, tal hábito nos foi enraizado também. Os serviços dos indígenas favoreciam o contato entre os europeus e a “mulher da terra”, citada pelo livro como as mulheres indígenas, foi nesse contexto que houve a miscigenação mais frequente entre o homem branco e a mulher indígena, do que entre negras com os europeus. “Daí que a porcentagem do sangue africano é pequena dentro do sangue cearense” (p. 78). Ainda de acordo com Girão (1968, p. 86), a “[...] casa da fazenda” teve função semelhante à “casa grande” [...], o dono dirigia a fazenda e crescia o nome de agregados ou moradores, em sua maioria índios mansos” (GIRÃO, 1962, p. 86).

O cearense sempre teve em seu sangue um DNA de herói, uma garra ao lidar com os inúmeros acontecimentos da vida. Nossos ancestrais eram artesãos, caçadores, guerreiros e farmacêuticos da natureza. As várias matérias-primas que existiam à época eram uma oficina de aprendizado constante, daí vieram a valorização das pedras, madeira, couro, dentre outros itens e adornos utilizados na região Nordeste, que tanto fazem parte da nossa identidade.

A “Época do couro”, assim denomina (Caprestiano), por ser um material durável e a terra ser propícia para pastos, a criação de gado foi uma atividade econômica muito forte. Desse modo, os fazendeiros eram encarados como autoridades, e, apesar de haver lavouras, a caça de animais e a colheita de mel nada empolgava mais do que cuidar do gado e participar de feiras, que exaltavam o preparo do couro. A partir daí, “[...] surgiu o tipo do vaqueiro, a mais legítima configuração do sertanejo” (GIRÃO, 1962, p. 86).

Nesse sentido, o nordestino é vinculado ao gado pelas suas diversas utilidades, pois o boi era o próprio meio de transporte, o couro, que por sua vez era utilizado para quase tudo, as vestimentas, as chinelas e até mesmo utensílios, ademais o boi por si só tinha o seu valor, nesse contexto, o gado é muito produtivo.

A carne também era transportada em meio ao sal para que fosse conservada e não apodrecesse, esse transporte era chamado de “carne do Ceará”, outras formas de desidratar a carne e diminuir a possibilidade de que ela estragasse era deixá-la ao sol por muitas horas, todos esses costumes culinários são vistos até hoje no cardápio dos cearenses. Apesar desse forte comércio de couro e carne, houve um grande baque quando todos foram pegos de surpresa no século XVIII:

[...] nova calamidade o assalta a seca de 1790-1792, espantosa em seus efeitos gerais e aniquilatória da rendosa indústria [...] chamada vulgarmente de “seca *grande* ou *cumprida* que matando os rebanhos quase inteiramente, liquidou em definitivo o comércio das carnes (GIRÃO, 1962, p. 96).

Ou seja, a seca para o legítimo cearense, o que nasceu da terra e entende sua história no sangue, é a representatividade da provação e resiliência. É uma causa que torna o cearense ufanista, e as consequências dessas ações temporais registradas no caráter do índio, do negro cearense, é uma característica que o torna único em seus hábitos, costumes e cultura. Tudo molda o ser humano, e nesse caso em específico, podemos postular o fato de que somos frutos de uma semeadura árdua, com espinhos, cascalhos e muita seca, suor e sangue. Nesse sentido, entendemos que ser cearense é mais que uma naturalidade de nascimento, mas umestilo de vida.

A organização política e social tinha como principal articulador o capitão-mor, que era uma autoridade bastante respeitada no âmbito social da época, o livro explica com grande clareza de detalhes sua função: “Nomeação por ordem régia, com exercício em três anos, e cabia-lhes a inspeção das tropas e das fortalezas, a proteção de autoridades civis, e a manutenção da independência dos representantes da Justiça e da Fazenda” (GIRÃO, 1962, p. 104).

O livro retrata sobre a revolução de 1817, na qual nos livros de hoje é chamada de a Revolução Pernambucana, que se deu por conta da grande disparidade de luxo da coroa, nesse sentido, houve combate ao governo vigente e derrota das tropas defensoras de Portugal. Os revoltosos formaram um governo provisório composto por cinco membros, porém não durou muito tempo, posto que Portugal se reorganizou e retomou o poder novamente. Além desse, houve diversos grupos revoltosos em todo o país, brasileiros insatisfeitos com os impostos e as regalias do rei. As revoltas foram inspiradas na Revolução Francesa e nas ideias liberais produzidas e compartilhadas. “Por fim, em 26 de agosto, o Ceará se

constituiu-se em República” (GIRÃO, 1962, p. 138).

Na conjuntura de citadas revoltas, podemos inferir aos muitos movimentos sociais existentes contemporaneamente, em que grupos sociais reivindicam direitos líquidos em Constituição, contanto, o que testemunhamos são desmandos concernentes a não valorização dos Direitos Humanos e despreço à cidadania, de uma classe política que pensa nos próprios privilégios. Mediante este fato, hodiernamente vemos lutas de classes sociais suprimidas por elites políticas que não auferem representatividade no Congresso. Nesse contexto, temos uma história de sangue e mortes de inocentes, que desde o período colonial sofrem flagelos de algozes. Conquanto, não podemos discorrer tais ideias com unanimidade, posto haver humanidade em muitas ações políticas e sociais de políticos, no qual as pessoas ainda são o mote de engajamento de representantes do povo.

Ainda nesse contexto, podemos citar a Confederação do Equador como a de mais destaque, a população se sentia controlada e manipulada pelos caprichos da coroa, conforme o movimento de emancipação foi se fortalecendo, outros objetivos que não se limitavam a diminuir a influência da coroa nas decisões de Pernambuco começaram a aspergir sua influência para a emancipação dos escravos e acabar com o tráfico negreiro.

A grande seca de 1845, de consequências tristíssimas[...] “A população dos sertões achou-se reduzida aos maiores apuros e obrigada a sustentar-se de vegetais [...] levando essa população às práticas horríveis e de crimes de homicídio, que se tornaram então numerosos, sendo quase todos ocasionados por questões de alimento. [...] (p. 157).

Foi com as ideias iluministas e os conflitos persistentes que a libertação de escravos, aos poucos a partir de leis como a do Ventre Livre – onde os escravos nascidos no Brasil eram considerados livres – com o boicote aos contrabandistas envolvidos no tráfico de escravos e a pressão estrangeira, a princesa Isabel, em 13 de maio de 1888 assinou a libertação dos escravos.

[...] o escravo do Ceará não era o mesmo mártir da lavoura do Sul. Não conhecia o eito e senzala dos latifúndios; fazia tão-somente de doméstico em contado direto com o seu senhor. Os homens ajudavam no campo e as mulheres, debaixo do mesmo teto, faziam o *ménage* a conta delas estava a cozinha, cargo de confiança, entendendo com o preparo do pão do qual depende a vida ou pode vir a morte, escreveu João Brígido (p. 168).

Neste período, possuir escravos era considerado um artigo de luxo, por conta disso, os escravos eram conservados nos momentos de seca, frequentemente

em momentos de seca as amas que cuidavam da casa, pediam as senhoras que as vendessem para que não morressem de fome, e isso era feito como um ato de misericórdia. Algumas associações que concordavam com o fim da escravidão foram criadas na época, tais como a “Sociedade Cearense Libertadora” e “Perseverança e Porvir”. Nessas organizações havia diversos sócios que se utilizavam de codinomes e tentavam mudar sua realidade de modo mais recatado, a fim de não provocar mais mortes e revoltas.

Nenhum homem terá direito de propriedade sobre o outro – Declama Almino Afonso, e na hora da solenidade, 116 cativos não mais se sujeitaram a nenhum senhor “ As ideias transformam mais que as armas” E era sem armas, sem feridas de sangue que os cearenses principiava a dar ao Brasil a significativa mostra de sua decisão [...] O Dragão do Mar Francisco José do Nascimento “No porto de Fortaleza não se embarca mais escravos. [...], a Capital abriu o coração e alma para receber a ansiada *Declaração da Liberdade*. Há vibração de calor cívico, as ruas adornadas, a sua gente em movimento emocional nunca vista (p. 169-171).

Por conta do grande poder econômico dos latifundiários, que possuíam gado e lavoura, esses homens eram considerados autoridades, e utilizando-se de ameaças faziam a população praticar o voto de cabresto, nesse sentido, o livro relata a política dos governadores, nos quais articulavam suas oligarquias e votavam naqueles que eram previamente selecionados pelo governo Federal, e estes por sua vez quando eleitos trocavam favores, essa dinâmica ocorria entre o Governo Estadual e o Governo Federal. “Tal política, [...] gerou, todavia, o *nepotismo* político e em várias unidades da Federação floresceram as *oligarquias*, com as idiosincrasias do seu exclusivismo e a intolerância dos seus processos de ação” (p. 187). Ainda nesse viés,

Em 14 de janeiro (1912) a Liga feminina pró-solidariedade da mulher cearense aderiu à nova campanha, seguindo-se dias depois a “passeata da criança”, na qual intervalo com muita infelicidade a política, provocando ferimentos e mortes [...] começaram os entrincheiramentos, cerca de 13 horas, o tiroteio contra o Palácio (p. 191).

A seca de 1915 foi a mais violenta presenciada pelo Ceará, Fortaleza, e como outras cidades brasileiras passou por um amplo processo de reordenamento urbano e social impulsionado pelo crescimento econômico e a ascensão da burguesia, no entanto, a realidade e o sofrimento do povo era escondido nas áreas rurais. Logo como uma medida de controle, houve a iniciativa do governo de construir os campos de concentração no interior, e chancelando este absurdo, tal ação foi louvada pela alta sociedade, que não suportava os indivíduos pobres na

cidade, posto crerem que estes tornariam o ambiente insalubre e não harmonioso. De acordo com o Jornal Inverta, os campos de concentração foram tão dramáticos quanto a própria seca, tal cenário só reforçou o sofrimento e o descaso dos líderes públicos com relação a população mais vulnerável. De acordo com o autor, “[...] calcula-se que os prejuízos decorrentes da “seca do 15” só em gado vacum, somou cerca de um milhão de cabeças. Mais de 42.000 cearenses emigraram, e aproximadamente 30.000 cearenses morreram” (p. 200).

Quanto a questão educacional, o ensino da época:

[...] daqueles tempos se ressentia da crueldade, que era peculiar aos homens de governo e andava associada a toda ideia de mando. Os pais de família corrigiam seus filhos serviado-os a chicote; os mestres faziam outro tanto por delegação deles e consenso universal. A escola inspirava horror aos rapazes e não era de balde. Além do castigo usual da palmatória e outros, havia o que se chamava montar a cavalo: às costas de um rapaz, posto de quatro pés, ligavam ao paciente e lhe flagelavam as nádegas com chicote (p. 215).

A educação nesse período era inserida em um contexto em que era normal as pessoas sofrerem abusos de todos os tipos, não existia uma didática para lidar com o processo de ensino-aprendizagem, mas sim uma imponência de autoridade apregoada pelos professores e gestores da época. Nesse sentido, sabemos que atualmente há outra forma de lidar com alunos nas escolas, em que a afetividade e a didática é fomentada no âmbito da sala de aula e fora desta. Nesse sentido, tais acontecimentos passados se tornaram contos na voz de nossos pais e avós, que muitos ainda em uma visão conservadora ainda creem ser essa a forma correta de ensinar uma criança, por meio do rigor e da violência. A afetividade não era uma prática aceitável e muito menos pensada em uma conjuntura social enrijecida pelo patriarcalismo e disparidade de vínculos familiares.

No contexto em que a educação era rígida. Sabemos que a afetividade é um reflexo das interações sociais, e nessa perspectiva, a afetividade é a capacidade de sermos afetados, podendo ser de forma positiva ou negativa, lembranças e pensamentos estão inclusos, por outro lado, as emoções são uma forma de expressar o que sentimos, sob esse angulo as emoções são usadas como linguagem biológica com função social. Nesse sentido, a época da educação fomentada na obra de Girão era encapsulada em costumes de um período sexista e opressor. Com efeito, demonstrar sentimentos, emoções era uma ideia impensada. Daí a normalidade em tratar os alunos com rispidez e violência.

As demonstrações de afetos são essenciais para a sobrevivência humana, conforme Henri Wallon, o caráter contagiante das expressões afetivas dada pela criança, que é um indivíduo completamente dependente, comove a mãe a fim de atender as necessidades básicas deste. Com efeito, é de total interesse das escolas explorar as conotações afetivas do educando, a fim de promover solidariedade dentro de sala de aula, pois as anuências do convívio em sociedade exige um posicionamento responsável sobre os impactos que acarretam ao longo das decisões da vida, logo os alunos quando expostos a situações de afetividade, as ferramentas socioemocionais são desenvolvidas com eficácia para torná-los cidadãos mais conscientes, críticos e dispostos a lutar pelo bem estar social, tal acontecimento é reconhecido e validado dentro do contexto coletivo e ratificado internamente, produzindo assim aspectos positivos no caráter do aluno.

Mediante citado contexto, compreendemos que o campo da afetividade vai contra uma educação que impede o aluno de se manifestar democraticamente, que age como entrave para a liberdade de expressão, e de acordo com a obra apresentada por Girão, do aprendizado na base da palmatória e chicotadas. Ou seja, a empatia não fomentada e muito menos a humanidade e amor no processo de ensino e aprendizagem. É imprescindível que os alunos desenvolvam o processo de empatia pelo outro, praticando assim a cidadania de modo pleno, pois aquilo que não desejamos não devemos praticar com o outro, e essa perspectiva de mundo só é possível por meio das relações sociais afetivas, sejam estas expressas por respeito e/ou empatia. Tais sentimentos só podem ser expressos se estimulados na fase de amadurecimento psicológico.

Segundo Freire (1997, p. 67) “[...] a escola democrática deve estar disposta a compreender e dialogar com a realidade dos alunos, visando sempre atender as necessidades dos educandos”. Nessa perspectiva, podemos salientar que o modo de lidar com a criança é essencial para a formação do caráter cognitivo, a educação afetiva também tem o objetivo a independência e criatividade, valorizando sempre as competências desenvolvidas pelo aluno, essa performance de reconhecimento deve ser adotada como meio democrático, a partir de uma postura de autoridade, no entanto, sem a utilização do autoritarismo, ou seja, a postura do educador deve ser de respeito e não de coerção.

A educação vivenciada na época da monarquia e até república velha, era caracterizada por formar homens em um padrão de opressão e superveniência a

peças superiores. Deste fato, não havia uma preocupação em formação do caráter humano, mas tão somente na obediência a regras e aceitação da condição social inferior que a vida lhes impunha, sem perspectivas de ascensão na vida. Nesse contexto, em contraponto a tais acontecimentos, postulamos que é de interesse da escola estimular os alunos na construção de valores sólidos, que por si só já estão ligados ao lado afetivo, tais como ética, honestidade, trabalho em equipe, empatia, resiliência. Sob esse âmbito é necessário que a abordagem de conteúdo, recepção dos alunos e todo o planejamento pedagógico deva estar pautado no diálogo direto com o educando.

A influência social é um fator determinante no processo de aprendizagem, podemos perceber que a estrutura efetiva corresponde aos estímulos externos, sejam eles positivos ou negativos, a incitação da afetividade advindos da família, da comunidade onde está inserido ou até mesmo do ambiente escolar molda a personalidade do indivíduo durante toda a sua vida, por conta disso a escola tem o papel de tornar-se referência, através em valores éticos, por meio de um processo pedagógico de ensino que tenha afetividade e que nunca fomente a rigidez ou violência como formas de repassar algum aprendizado.

A história da nossa educação teve início oficialmente com o império no Brasil, mais precisamente no reinado de D. Pedro I, que,

Com a independência em 1822, tomaram-se medidas, a fim de favorecer a instituição, tendo sido votado pela Constituinte o Decreto de 20 de outubro de 1823, que mandava abrir as escolas primárias [...] lugares mais populosos do Império tivessem escolas de primeira letra (p. 216).

A partir desse período se iniciava nossa estrutura educacional tão estigmatizada como é hoje, com seus projetos, percalços, entraves, batalhas, derrotas e conquistas. A educação não se restringe a disciplinas meramente científicas, posto que o incentivo à qualidade cidadã é também uma preocupação do estado, visto que a função da escola é formar indivíduos conscientes do seu papel social, o incentivo da empatia, cooperação e ética. As circunstâncias de aprendizagem afetiva operam para flexibilizar as conexões interpessoais e elenca um direcionamento de transmissão mais clara e objetiva do conhecimento intelectual e emocional, pois os alunos conseguem desenvolver, no âmbito do estudo, novas noções de convívio vinculadas ao objeto da exploração intelectual.

A valorização de uma metodologia efetiva deve ser adotada como

via de regra para a concepção de valores morais sadios no processo de amadurecimento, é a partir do aprimoramento da comunicação que o indivíduo expande os seus conhecimentos. Os professores devem expor seus alunos a situações que movem os afetos de modo que desenvolva os demais saberes socioemocionais, pois tal conhecimento é essencial para uma convivência harmoniosa em sociedade, partindo desta premissa podemos avaliar que o ambiente escolar deve buscar estratégias pedagógicas que abordem o tema. E quando se trata da educação como processo histórico, temos de olhar para trás e analisar o quanto progredimos se compararmos ao que discorre Girão em sua obra.

3 CONCLUSÃO

Quanto a valorização da educação no Ceará, em “[...] 1887 (4 de março), data da fundação do Instituto do Ceará, destinada ao cultivo da História, da Geografia e das Letras e Ciências Gerais” (p. 227). Teve início uma instituição que fomenta a educação, a ciência para os cearenses, sendo o exemplo basilar de influência para grandes estudiosos da academia.

A construção de uma sociedade cearense se pautou em premissas progressistas, de formação de uma identidade social, cultural, política e educacional. Deste fato, permear esta temática nos incita à significância de uma ancestralidade ao qual todo cearense deve se orgulhar. Para tanto, defendemos o telúrico de nosso nascimento, a edificação da formação cidadã, que contemporaneamente é exemplo de disseminação do saber para o Brasil e o mundo.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não. Cartas a quem ousa ensinar**. São Paulo, Olho d' Água: 1997.

GIRÃO, Raimundo. **Pequena história do Ceará**. 4. ed. rev e atual., Fortaleza. Edições Universidade Federal do Ceará, 1984. 294p. (Coleção Estudos Cearenses, v. 1).